

UMA REGRA VARIÁVEL DE TIMBRE

Na seção 2.1.1.2, discuti a formulação binária ou ternária que teria a *Regra variável de elevação* na variedade culta de Salvador. Essa questão originou-se do fato de terem sido registrados dados do tipo:

pess[u]al, pess[o]al e pess[ɔ]al
p[i]rmitir, p[e]rmitir e p[ɛ]rmitir.

Ainda que poucos os casos de variação no *mesmo* item lexical entre [u], [o], [ɔ], e [i], [e], [ɛ], esses dados foram considerados importantes, porque eram reforçados por outros em que se constatava ora a variação entre alta e baixa (*m[u]vimentada :: m[ɔ]vimentada, b[i]liche :: b[ɛ]liche*), ora a variação entre alta e média (*c[u]rrida :: c[o]rrida, apr[i]ciar :: apr[e]ciar*), ora a variação entre média e baixa (*r[o]busto :: r[ɔ]busto, d[e]ficiente :: d[ɛ]ficiente*), no mesmo contexto vocálico, ou seja, antes de vogal alta. Além disso, considerando os dados numéricos, observei que somente em um contexto, diante de vogais altas não-nasais, se registrou um número significativo de ocorrências de pretônicas nas três alturas (cf. Tabela 5).

Tendo em vista que a RVE em outros dialetos tem formulação binária, isto é, regula a ocorrência entre dois termos (vogal alta e vogal não-alta), e que,

mesmo na variedade estudada, a formulação ternária só se justificaria em um dos contextos, levantei a hipótese de que os dados de vogais médias fora do contexto de vogal da mesma altura, no qual a vogal média é majoritária ([o]: 77,6% e [e]: 92,9% , cf. Tabela 5), resultariam da aplicação de uma outra regra¹²⁶ até então estranha ao que se consideraria a norma de Salvador no sentido que Coseriu (1979) empresta ao termo.

A marginalidade desses dados, na variedade aqui estudada, tem mais um argumento na variação que se estabelece entre [o] e [e] e suas correspondentes baixas e/ou altas dentro de um mesmo vocábulo, na qual as variantes médias são, quase sempre, minoritárias.

Documentam-se em todo o *corpus* 160 itens lexicais que ocorrem pelo menos uma vez com vogal pretônica média em contextos não previstos pelas regras formuladas para a norma de Salvador. Entretanto cerca de dois terços apresentam variantes altas e/ou baixas muitas vezes bem mais numerosas. Assim, embora muitos sejam os itens atingidos, preponderam as realizações dentro da norma como nos casos a seguir, em que estes chegam a alcançar frequências altíssimas:

<i>s[e]rviço</i> , 2	::	<i>s[i]rviço</i> , 14	<i>p[e]ssoal</i> , 4	::	<i>p[ε]ssoal</i> , 13
<i>pr[e]sidente</i> , 1	::	<i>pr[i]sidente</i> , 9	<i>d[e]pende</i> , 1	::	<i>d[ε]pende</i> , 17
<i>p[o]lítica</i> , 2	::	<i>p[u]lítica</i> , 21	<i>imp[o]rtante</i> , 1	::	<i>imp[ɔ]rtante</i> , 19
<i>s[e]ria</i> , 2	::	<i>s[i]ria</i> , 44	<i>d[e]t[ε]rminado</i> , 1	::	<i>d[ε]t[ε]rminado</i> , 23
etc.					

Poucas vezes essa relação se inverte e o número de ocorrências da variante marginal é maior do que o das variantes normais, mas a diferença entre ela e a variante da norma nunca excede a duas ocorrências. Documentei isso nos itens:

<i>dir[e]t[u]ria</i> , 2	::	<i>dir[ε]t[u]ria</i> , 1
<i>pr[e]vidência</i> , 3	::	<i>pr[ε]vidência</i> , 1
<i>apr[e]ciar</i> , 3	::	<i>apr[i]ciar</i> , 1
<i>esp[e]cífico</i> , 9	::	<i>esp[ε]cífico</i> , 7

¹²⁶ Estudei essa regra no dialeto de Recife também. Os resultados dessa pesquisa foram publicados sob o título de “Pretônicas fechadas na fala culta de Recife” no livro de Homenagem ao Prof. Anthony Naro em 2008 (cf. SILVA, 2008).

Dos vocábulos que não apresentam variantes dentro da norma estudada, somente nove (um pouco mais de um terço) ocorrem mais de uma vez, e apenas três, mais de duas:

esp[e]cificar, 2
s[e]guradora, 2
[e]quilíbrio, 2
[e]vidente, 2
impr[e]ssionar, 2
pr[e]vilegiado, 2¹²⁷
r[e]gistrado, 3
d[e]stinação, 3
p[o]ssuir, 4

Pelo quadro que se apresenta, parece justificável crer que, se esses vocábulos ocorressem maior número de vezes, mostrariam variantes baixas e/ou altas.

Na seção 2.1.1.2, interpretou-se a ocorrência desses [o] e [e] como uma regra variável, possivelmente particular ao dialeto social estudado e, talvez, à variedade estilística tensa.

Não se dispondo de dados de falantes urbanos não-escolarizados, mais adequados a uma comparação com a amostra urbana culta, lançou-se mão de dados de informantes não-escolarizados, não-urbanos, que não apresentaram, nos contextos vocálicos indicados (antes de [u], [i], [ɔ], [ɛ], [a] e [ṽ]), vogais médias em número significativo. Se essas amostras não permitiram relacionar com segurança essas ocorrências à escolaridade ou à diferença urbano x rural dos informantes, fortaleceram a suposição de que a referida regra tivesse motivação social, ou seja, talvez se aplicasse mais a grupos sociais em maior contato com outros dialetos, que, nesses contextos, realizam a pretônica como [o] e [e]. Essa conjectura atribui à variação aqui encontrada uma explicação que se assenta nas noções de empréstimo e de prestígio.

De fato, parece uma hipótese explicativa viável para a introdução dessa regra no dialeto de Salvador a influência que exerceriam sobre ele os dialetos do Sul do país¹²⁸, nos quais só excepcionalmente, e quase sempre por motivação

¹²⁷ Observe-se que o vocábulo *pr[e]vilegiado* é um caso de ultracorreção, uma vez que a norma culta prescreve /i/ e não /E/.

¹²⁸ Essa é também a hipótese de Maia (1986) para explicar vogais fechadas nos contextos de vogal alta, vogal baixa e vogal nasal no dialeto de Natal. Diz a autora: “os 50 casos de exceção à

morfológica, realizam-se como baixas as pretônicas /O/ e /E/. Assim sendo, postula-se que o traço de prestígio inerente àquelas comunidades linguísticas seria o elemento motivador do empréstimo.

A transmissão de traços linguísticos de uma comunidade a outra tem sido frequentemente associada, nos estudos sociolinguísticos, como o foi na dialetologia, a alguns fatores: à distância entre as comunidades, à interação linguística entre seus habitantes, ao tamanho dessas comunidades e, finalmente, ao “prestígio dos centros urbanos como é visto pela área circundante” (LABOV, 1982 [1969], p. 70)¹²⁹, prestígio esse nem sempre declarado.

Alguns argumentos já foram arrolados aqui em favor dessa hipótese (cf. 2.1.1.2.1), como a ausência desse traço em áreas vizinhas (outras cidades baianas) e a estrutura binária da *Regra variável de elevação* nos demais dialetos brasileiros. Acrescentem-se a esses as reações subjetivas, observadas assistematicamente entre falantes de Salvador, que, não raro, expressam seu julgamento sobre as pronúncias “fechadas” de palavras como *p[o]lítica*, *f[o]rmidável*, *r[e]vista*, *p[e]cúlio*, classificando-as como falas “pedantes”, “acariocadas” etc.

Supõe-se que o centro irradiador dessa regra seja o eixo Rio–São Paulo, especialmente o Rio de Janeiro. A primeira razão dessa suspeita é de ordem política, já que o Rio de Janeiro foi, por cerca de dois séculos, a Capital brasileira. Só há menos de 30 anos¹³⁰ é que o Distrito Federal se localiza na Região Centro-Oeste, e esse deslocamento não produziu efeitos culturais visíveis sobre a cidade onde permanece a maior parte da elite cultural do país. O Rio de Janeiro continua a abrigar – ao lado da capital paulista – os principais movimentos teatrais e musicais, a ditar as modas, além de estarem lá instalados os órgãos de comunicação de massa de maior alcance no país, responsáveis por uma constante campanha promocional da cidade.

Pode-se dizer também que é no eixo Rio–São Paulo que estão as melhores oportunidades profissionais para indivíduos da classe média, desde empregos no campo das artes até no tecnológico, e é ainda para lá que se dirige a maioria daqueles que buscam aperfeiçoar-se no seu campo de trabalho, embora hoje, em certos setores, esse fluxo tenha diminuído um pouco pela criação de programas

regra (6), que apresentam pretônica fechada, ao lado dos 16 casos de variação, podem ser vistos como um indício da influência exercida pela norma irradiada do sudeste/sul” (MAIA, 1986, p. 224-225).

¹²⁹ Do original: “[...] prestige of urban centers as seen from the surrounding area” (tradução minha).

¹³⁰ Na época em que este trabalho foi escrito, na década de 1980 e, portanto, um pouco depois de terem sido realizadas as entrevistas objeto desta pesquisa.

de treinamento e de pós-graduação que se espalham cada vez mais por todo o país.

O histórico de viagem dos informantes desta pesquisa confirma a direção do fluxo. Alguns declararam ter viajado para essas cidades para congressos e para cursos que duravam até dois anos. Qualquer que seja o objetivo da viagem ou a duração da permanência, de todos os vinte e quatro locutores ouvidos somente um revelou nunca ter estado no Rio de Janeiro e seis, em São Paulo. Aliás, um pequeno levantamento dos dados de viagem mostra que os três estados mais visitados por esses informantes se situavam no Sul-Sudeste do país. Foram, pela ordem, Rio de Janeiro (23), São Paulo (18), Minas Gerais (17), Pernambuco (13), Alagoas (13) e Sergipe (13), isto é, primeiro os localizados no Sul, depois os do Nordeste, contraditoriamente os mais próximos.

Parece, pois, que principalmente o eixo Rio–São Paulo tem condições de ser a comunidade linguística influenciadora na questão em pauta, ou melhor, do possível empréstimo à variedade culta de Salvador. É possível também que essa influência tenha sido facilitada pela própria deriva da língua. Considere-se que muitos dialetos, brasileiros ou não, apresentam a tendência de fechar vogais em sílabas não-acentuadas, e mesmo a reduzi-las, como ocorreu no português europeu.

Um outro dado que vem fortalecer a hipótese do empréstimo que propicia o aparecimento de formas de prestígio refere-se à metodologia empregada na coleta de dados. O fato de o *corpus* aqui analisado ter sido estabelecido com o conhecimento prévio dos informantes, que, além disso, sabiam estar sendo tomados como amostra de pessoa culta por “professores de português”, facilitou, apesar dos esforços dos documentadores, a criação, durante a entrevista, de uma situação de fala não completamente distensa, que – é verdade – não se refletiu igualmente sobre os entrevistados, mas, acredito, atingiu a todos. Em alguns poucos casos estabeleceu-se entre documentador e informante um diálogo quase natural, em outros casos a entrevista tomou o aspecto de um depoimento.

Essas reações diferenciadas, que parecem ter-se projetado na produção das pretônicas médias, são naturalmente motivadas social e psicologicamente. Isso, aliás, já se vinha observando desde a transcrição dos dados. Foram anotados de um dos informantes (mulher, 39 anos), por exemplo, vários traços linguísticos que denunciavam sua preocupação de “falar bem”, como eventuais realizações de [s] pós-vocálico e [h] em final de palavra em vez de, respectivamente, [ʃ] e [ø], que predominavam na sua emissão, e como a pronúncia do artigo *o* com a

vogal média [o] em vez da alta [u] sem que o contexto pressupusesse ênfase, além de uma entoação pouco característica do dialeto de Salvador.

Observações como essas, oriundas de fatos de linguagem observáveis, favoreceram a suposição de que a regra que torna média a pretônica antes de [u], [i], [ɔ], [ɛ], [a], [ũ], [ĩ], [õ], [ẽ] e [ã], isto é, nos contextos de aplicação da RCT-3, não seja apenas socialmente motivada mas também estilisticamente motivada. Como não se dispõe de dados suficientes para comprovar essa hipótese no âmbito deste trabalho, optou-se, provisoriamente, por batizar o fenômeno de *Regra variável de timbre* (RVT).

Definiu-se então, nas seções 2.3.1.1 e 2.3.1.2, *Regra variável de timbre* como a regra de caráter facultativo que torna [-alt -bx] a vogal pretônica antes de qualquer vogal, exceto antes de vogal com o mesmo traço. Excluem-se também desse conjunto as médias não-recuadas que precedem consoantes palatais em verbos e deverbais da primeira conjugação, tais como *f[e]char*, *f[e]chadura*, *plan[e]jar*, *plan[e]jamento*, já discutidas anteriormente, que se tornam médias pela aplicação de outra regra (cf. RCT-1 nas conclusões da seção 2.1.3.2). Consequentemente, a *Regra variável de timbre* (RVT) ficou redefinida como uma regra que age em todos os contextos da RCT-3, com a qual entra em competição.

No presente capítulo, busca-se, naturalmente no âmbito deste *corpus* e submetendo-se às suas limitações, avançar um pouco no conhecimento dessa regra, abrindo vertentes para estudos posteriores.

3.1 VARIÁVEIS LINGÜÍSTICAS *STRICTO SENSU*

A primeira observação a ser feita é a de que a dimensão de aplicação da RVT, como o leitor já deve ter percebido, é maior do que se previa em 2.1.1.2 e 2.1.3.1. Isso fica claro nas numerosas referências feitas a ela ao longo deste trabalho. Ela é evocada, por exemplo, na seção 2.1.4.1.1 para explicar a realização da pretônica em *s[e]rviço*; na seção 2.1.4.2 em várias notas, ou mesmo no texto, para explicar as formas *sup[e]rm[e]rcado*, *d[e]fronte*, *r[e]visores*; na seção 2.1.4.3 para justificar as ocorrências de *tel[e]fone*, *cin[e]scópio* e *tecn[o]l[u]gia* e finalmente em 2.2, para justificar *[e]quilíbrio*, *[e]c[õ]nomista*, *[o]riente*, *h[o]nesto*, *pr[e]ocupei* e *r[e]união*.

Aplica-se, pois, essa regra não só às pretônicas entre consoantes (C__(\$)C), como se viu em 2.1, mas também às pretônicas em posição inicial absoluta (#__) e às pretônicas em hiatos. Só os ditongos, que já são constituídos, na maioria, de vogal média mais semivogal, não são atingidos pela regra.

A ocorrência dessas vogais médias em estruturas que se mostram mais ou menos fixas, resistentes a outras regras, como é o caso de alguns prefixos e radicais prefixados, é mais um argumento em favor da hipótese de concebê-la como uma regra à parte, particular a uma variedade social e talvez a um estilo¹³¹. Veja-se, por exemplo, o caso do prefixo *des-* (cf. 2.1.4.2), que ocorre 42 vezes como *d[i]s-* e duas como *d[e]s-*¹³².

Para conhecer mais um pouco do funcionamento da RVT, restrinja-se, porém, esta investigação aos dados no contexto C___(\$)C, expostos na Tabela 5, só no que se refere, naturalmente, às realizações [o] e [e] nos contextos da RCT-3, ou seja, antes das vogais [u], [i], [ɔ], [ɛ], [a], [ũ], [ĩ], [õ], [ẽ] e [ã] da sílaba seguinte. A Tabela 22, a seguir, é, pois, um recorte da tabela supramencionada:

Tabela 22: As variantes [o] e [e] nos contextos da RCT-3

	Recuada [o]		Não-recuada [e]	
___ [u], [i]	72 / 395	18,2%	116 / 749	15,5%
___ [ɔ], [ɛ]	5 / 154	3,2%	1 / 217	0,5%
___ [a]	2 / 277	0,7%	9 / 374	2,4%
___ [ũ], [ĩ]	4 / 61	6,6%	6 / 111	5,4%
___ [õ], [ẽ]	5 / 54	9,3%	7 / 238	2,9%
___ [ã]	5 / 93	5,4%	7 / 123	5,7%

Fonte: Elaborada pela autora.

Foram inicialmente atribuídos à RVT os dados que não puderam ser explicados de outro modo, admitindo desde já que alguns dos casos aí consignados se explicam pela pressão morfológica que se reconheceu em alguns itens da amostra examinada em 2.1.4.

Não devem, por esse critério, incluir-se nas considerações deste capítulo os seguintes dados, que podem ser analisados pelos falantes como derivados, embora alguns não o sejam verdadeiramente¹³³:

¹³¹ Pesquisas revelam que essa regra atinge outros dialetos no Nordeste e talvez outros, pelo menos no Norte de Minas Gerais. Essas realizações fechadas, entretanto, vêm sendo tratadas como parte de uma variação ternária entre altas, médias e baixas.

¹³² Como *d[ɛ]s-* é documentado apenas uma vez, em *d[ɛ]sidratação*, palavra hoje muito comum, devido à frequência da doença, e como a forma não prefixada (*hidratação*) é mais utilizada como uma prática profilática, dentro do mesmo campo semântico, a perda da barreira morfológica torna-se possível e, conseqüentemente, a integração do prefixo (cf. seção 2.1.4.2).

¹³³ Aguiar (1937) também reconhecia a derivação como um processo que interfere nas regras das pretônicas, como se vê no trecho a seguir: “Às vezes, pela simples razão de considerar uma

___ [u], [i]	<i>comp[o]sitor</i> , 4	<i>bat[e]rista</i> , 2
	<i>gost[o]sura</i> , 1	<i>franc[e]sismo</i> , 1
	<i>hum[o]rístico</i> , 1	<i>carroc[e]ria</i> , 2 ¹³⁴
	<i>mot[o]rista</i> , 8	<i>parc[e]ria</i> , 1
	<i>mot[o]cicleta</i> , 1	<i>tromb[e]tista</i> , 1
	<i>m[o]rtuário</i> , 2	
	<i>transist[o]rizado</i> , 1	
	<i>val[o]rização</i> , 1	
	<i>val[o]rizam</i> , 1	
	<i>saud[o]sista</i> , 1	
	<i>vist[o]ria</i> , 1 ¹³⁵	
	<i>col[o]rido</i> , 2	
___ [a]	<i>gar[o]tada</i> , 1	<i>cab[e]çário</i> , 2 (sic)
		<i>interplan[e]tário</i> , 1
___ [ã]	<i>c[o]xão</i> , 1	

Retirei ainda dos cálculos mais sete ocorrências: três da palavra *r[e]staurante*, que é um empréstimo de introdução não muito antiga na língua; duas do vocábulo *in[e]xistente*, que pode se explicar pela preservação da vogal inicial (cf. 2.2.1.1.2) ante o limite de um prefixo muito produtivo (*in+[e]xistente*); e finalmente mais duas, *ch[o]riça* e *t[o]cinho*, com reduções do ditongo *ou*, que normalmente mantêm a vogal média original (cf. 2.2.2.2).

Excluídos os vocábulos cuja vogal média se pode explicar por motivação morfológica e suas variantes com vogal não-média (alta ou baixa), sobre as quais

palavra derivada de outra, embora não o seja, o falso derivado tem o timbre do falso primitivo” (AGUIAR, 1937, p. 276).

¹³⁴ Apesar da origem francesa, *carrocerie*, documentada nos dicionários, é possível a analogia com *carroceiro* e a reanálise em *carroceiro+ia*.

¹³⁵ Por cautela, foram excluídos *vist[o]ria* e *col[o]rido* do conjunto de dados, que se explicarão aqui pela *Regra variável de timbre*, por se admitir a rara possibilidade de conservação da vogal acentuada dos radicais respectivos, *vist[o]r* e *col[o]r*, que alguns dicionários portugueses registram como formas livres.

essa pressão morfológica não se tenha exercido, o segmento da amostra de Salvador sobre o qual se supõe atuar a *Regra variável de timbre* fica reduzido aos dados da tabela abaixo, que expõe os cálculos de percentagem e de probabilidade obtidos através dos programas computacionais já mencionados na introdução deste trabalho.

Tabela 23: As variantes [o] e [e] não morfológicamente motivadas nos contextos da RCT-3

	Recuada [o]			Não-recuada [e]		
	F		P	F		P
___ [u], [i]	48 / 324	14,8%	0,83	107 / 739	14,5%	0,84
___ [ɔ], [ɛ]	5 / 149	3,4%	0,43	1 / 217	0,5%	0,10
___ [a]	1 / 265	0,4%	0,09	3 / 366	0,8%	0,20
___ [ũ], [ĩ]	3 / 60	5%	0,53	6 / 111	5,4%	0,74
___ [õ], [ẽ]	5 / 53	9,4%	0,69	7 / 238	2,9%	0,49
___ [ã]	4 / 92	4,3%	0,53	7 / 123	5,7%	0,71
Total	66 / 943	7%		131 / 1794	7,3%	

Fonte: Elaborada pela autora.

Como se vê, a regra se aplica aproximadamente em 7% dos dados, qualquer que seja a variável dependente: 7% de /O/ e 7,3% de /E/.

Nota-se imediatamente que o contexto preferencial da regra foi o de vogais altas da sílaba subsequente ([o]: 14,8% e [e]: 14,5%) e que as vogais baixas constituíram o fator mais resistente à sua aplicação (antes de [a] a percentagem não chega a 1% e antes de [ɔ] e [ɛ] só a variante [o] consegue ultrapassá-la, com 3,4%). Os percentuais parecem sugerir, então, que é mais fácil, nesse grupo social em Salvador, ouvir-se *p[o]lítica* e *r[e]sidência* do que *g[o]v[ɛ]rnador* e *d[e]t[ɛ]rminado* ou *b[o]rracha* e *p[e]scaria*.

Com percentagens um pouco mais elevadas, mas não muito, a regra se aplica nos contextos nasais. O índice mais baixo é de 2,9% de [e] no contexto de [ẽ] e [õ] e o mais elevado é de 9,4%, referente a [o] no mesmo contexto. Essa pequena elevação dos percentuais (a maioria em torno de 5%) pode ser um indício de que os contextos nasais são menos resistentes à *Regra variável de timbre* do que as vogais baixas, cujo percentual só em um caso ([o] antes de [ɔ] e [ɛ]) ultrapassa 0,9%.

Observadas as probabilidades de aplicação da regra, os comentários não se alteram basicamente. Confirmam-se, como contexto preferencial, as vogais altas da sílaba subsequente, cujas probabilidades ficam em torno de 0,80 qualquer que

seja a zona de articulação da variável dependente. Mostram-se como os mais resistentes os contextos de vogais [+bx]: as probabilidades nunca chegam a 0,5. Oferecem menos resistência à aplicação da regra os contextos nasais. Nesse caso as probabilidades obtidas são difíceis de ser interpretadas, uma vez que variam entre 0,5 e 0,7, conforme o contexto e a zona de articulação da variável, mas nota-se uma tendência de as vogais não-recuadas serem mais atingidas pela RVT do que as recuadas. De todo modo, em nenhum dos casos se pode afirmar que as vogais nasais sejam fatores inibidores da RVT.

Essas observações apontam para duas questões. Primeiro: por que é o contexto de vogais altas preferencial na RVT? Segundo: por que as vogais baixas são mais resistentes do que as nasais?

Considerando como hipótese que a regra ora estudada concorra com a RCT-3, será justamente no contexto em que essa regra produz maior contraste entre os segmentos vocálicos *sucessivos*, isto é, no contexto de [u] e [i], onde a *Regra variável de timbre* mais se aplica. O resultado da aplicação da RCT-3 no contexto de altas é uma vogal baixa ([ɔ] ou [ɛ]) seguida de uma vogal alta: [ɔ...u] (*r[ɔ]busto*), [ɛ...i] (*p[ɛ]ríodo*). Quando se aplica à RVT, é evitada, pois, a maior diferença material entre os elementos da sequência produzida pela aplicação da RCT-3, ou seja, vogal baixa + vogal alta.

Essa diferença material a que o falante parece ser “sensível” foi chamada por Lemle e Naro (1977) de “saliência fônica”. Em estudo sobre a concordância verbal de alfabetizando adultos, eles observaram que maior saliência fônica entre os morfemas de singular e plural (*foi/foram*) determinava maior índice de concordância; ao contrário, menor “saliência fônica” entre eles (*casa/casas*) produziria índices menores (LEMLE; NARO, 1977, p. 43).

A *Regra variável de timbre* parece funcionar como a regra de concordância: aplica-se tanto mais quanto maior for a saliência fônica da sequência que a RCT-3 produziria, e aplica-se tanto menos quanto menor for essa saliência fônica.

Essa primeira conclusão, consequentemente, responderia também à segunda questão levantada acima. A RVT aplica-se menos no contexto de vogais baixas porque a sequência produzida pela RCT-3, nesse contexto, é de $Vbx+C+Vbx$ ¹³⁶ ([ɛ...ɔ], [ɛ...ɛ], [ɛ...a], [ɔ...ɔ], [ɔ...ɛ], [ɔ...a]), portanto sem nenhuma, ou quase nenhuma, diferença de altura entre as vogais.

¹³⁶ É neste contexto também que são possíveis [ɔ] e [ɛ] na variedade do Rio de Janeiro, dialeto que, de acordo com os argumentos já expostos, se supõe ser aquele do qual se emprestam os [o]s e [e]s aqui estudados (cf. CALLOU; LEITE, 1986a).

As vogais nasais, ainda que se aproximem das vogais baixas, como se concluiu em 2.1.2, apoiando-se em informações fornecidas por estudos acústicos, não se identificam com elas. E isso parece estar expresso nas percentagens mais elevadas de aplicação da RVT em contextos nasais. Embora não tão saliente quanto a sequência *Vbx+C+Valt*, a sequência *Vbx+C+Vnas* produzida pela RCT-3 é mais “saliente” do que a sequência *Vbx+C+Vbx* e é uma sequência não permitida nos dialetos de prestígio. Daí os percentuais de aplicação da *Regra variável de timbre* serem maiores no contexto de vogal nasal que no de vogal baixa.

Afirmou-se acima que a RVT funciona como a regra de concordância estudada por Lemle e Naro (1977). Entretanto há uma diferença entre elas. É que a regra de concordância *mantém* os morfemas em função da saliência fônica, enquanto a RVT *evita* as sequências mais salientes que a RCT-3 produziria: [ɔ...u], [ɔ...i], [ɛ...u], [ɛ...i]. Essa diferença, no entanto, não destrói a semelhança entre as duas regras. Ambas levam em conta a distância material entre segmentos. O ponto de distinção se localiza fora do campo puramente linguístico.

Se a RVT tem uma motivação social, como tudo leva a crer que tenha, não parece difícil achar uma explicação para a subtração das sequências fonicamente mais salientes. Considerando a hipótese de que ela copie de outros dialetos o traço de prestígio (as pretônicas médias), é fácil compreender que os falantes mais a apliquem justamente onde a variante de menor prestígio, no caso as pretônicas baixas, é mais perceptível, na tentativa, possivelmente inconsciente, de obscurecer a sua origem dialetal¹³⁷, geográfica e/ou social, principalmente, talvez, nas situações mais formais ou diante de ouvintes especiais, como se supôs, no início deste capítulo, ser o caso dos registros da amostra aqui examinada.

O único contra-argumento a essa explicação, porque lança dúvidas sobre a procedência da hipótese de que a RVT entre em competição com a RCT-3 e não com a RVE, se constitui na forma como os dados variam. É que os itens

¹³⁷ Esse comportamento em relação à própria fala se justificaria por uma atitude semelhante à que documentou Matos (1984, p. 142-146) em Recife, uma das principais capitais do Nordeste, cujo dialeto parece guardar, no capítulo das pretônicas, muitas semelhanças com o de Salvador. Diz o autor: “À solicitação de definirem com um único adjetivo a sua opinião sobre a pronúncia recifense, estudantes das duas principais universidades de Pernambuco responderam com abundância de adjetivos de traço negativo (arrastada, feia, cantada, horrível, péssima, matutada, engraçada, ruim, errada, incrível, fraca, ríspida, agressiva, rasteira, áspera, errônea, vagarosa, inexpressiva, pobre, pesada, atrasada, carente), embora, minoritariamente, alguns deles reconhecessem nela traços positivos (boa, normal, bonita, clara, natural, agradável, correta, legal). Ao justificarem o seu julgamento, significativamente, 99 deles responderam que ‘o sotaque aberto desmbeleza a fala’” (MATOS, 1984, p. 144).

lexicais atingidos pela regra estudada neste capítulo, como já se viu anteriormente, apresentam muito frequentemente – e algumas vezes com ocorrências mais numerosas – variantes dentro da norma, que não são apenas baixas (produzidas pela RCT-3) mas também altas (produzidas pela RVE). Exemplos:

<i>com[e]rcial</i> , 1	::	<i>com[ɛ]rcial</i> , 3
<i>m[o]mento</i> , 2	::	<i>m[ɔ]mento</i> , 9
<i>r[e]p[i]tir</i> , 1	::	<i>r[i]p[i]tir</i> , 2
<i>g[o]vernador</i> , 1	::	<i>g[u]vernador</i> , 6

Uma leitura linear desse fato levaria à suposição de que a RVT entrasse em competição também com a RVE.

Recorra-se, mais uma vez, à proporcionalidade das ocorrências para interpretar esse dado. Em alternância com 169 variantes altas (*m[u]derna*, *d[i]mais*) foram documentadas, nesta parte do *corpus* (incluindo não só as pretônicas entre consoantes mas também em diversos contextos), 45 ocorrências de variantes médias (*m[o]derna*, *d[e]mais*), numa proporção de 21% do total de realizações da vogal (45/214). Por outro lado, alternando com 257 de variantes baixas (*f[ɔ]rmulário*, *p[ɛ]squisa*), registraram-se 80 ocorrências de variantes médias (*f[o]rmulário*, *p[e]squisa*), numa proporção, portanto, de 31,1% do total de realizações (80/337).

Calculando de outro modo, registram-se 56 itens lexicais onde ocorrem pretônicas médias em variação com vogais baixas (*f[o]rmulário* :: *f[ɔ]rmulário* / *p[e]squisa* :: *p[ɛ]squisa*) e 29 em que a variação se estabelece com vogais altas (*m[o]derna* :: *m[u]derna* / *d[e]mais* :: *d[i]mais*). Daí se conclui que as variantes médias concorrem mais com as variantes baixas ($56/85 = 65,9\%$) do que com as variantes altas ($29/85 = 34,1\%$), qualquer que seja o modo de olhar os dados.

Esses cálculos serviriam de argumento apenas para a tese de que a *Regra variável de timbre* concorreria mais com a *Regra categórica de timbre* do que com a *Regra variável de elevação*, mas não seriam suficientes para sustentar a hipótese acima formulada. São necessários, portanto, novos elementos para justificar a afirmação de que a RVT concorra com a RCT-3, sobre a qual se fundamenta a explicação para as percentagens de aplicação daquela regra no contexto de vogal alta vizinha.

Do ponto de vista teórico, a RVT tem em comum com a RVE o fato de ambas serem regras variáveis, enquanto se diferencia da RCT pelo fato de esta

última ser categórica. Considerando a *Regra categórica de timbre* como a regra básica do dialeto, aquela que se aplica primeiro, seria dela que a *Regra variável de timbre* – tanto quanto a *Regra variável de elevação* – suprimiria os dados. Vendo a questão por esse ângulo, será natural a conclusão de que uma e outra concorram com a *Regra categórica de timbre*. Assim, pares de variantes como *m[u]derna* / *m[o]derna* e *r[i]p[i]tir* / *r[e]p[i]tir* seriam resultantes da vitória dessas duas regras sobre a RCT-3. Mas as duas regras têm diferentes *status* sociolinguísticos: a RVT resulta de um estereótipo; a RVE é uma regra supradialetal, que produz variantes raramente estigmatizadas¹³⁸.

Tentou-se ainda verificar, nesse segmento do *corpus*, o efeito das consoantes vizinhas sobre a RVT, como se fez quando se estudou a RVE. Os resultados obtidos, contudo, não oferecem uma margem interpretativa confiável. No caso da variável /O/, o próprio programa que calcula a probabilidade de aplicação da regra diante de certos fatores não seleciona nem o grupo das consoantes precedentes nem o grupo das consoantes subsequentes. Quando a variável dependente estudada é /E/, as consoantes subsequentes e as consoantes precedentes, respectivamente, figuram como o quarto e o quinto grupos selecionados, isto é, como o antepenúltimo e o penúltimo grupos em ordem de importância para a aplicação da RVT. A possibilidade de o contexto consonântico exercer qualquer influência sobre essa regra depende, pois, do exame de um *corpus* mais amplo, constituído especialmente para investigar essa regra.

Considerando os fatores linguísticos que possam interferir na RVT, a amostra ora examinada sugere ainda duas hipóteses:

- a. que a atonicidade das variáveis dependentes, /O/ e /E/, exerça influência sobre essa regra, uma vez que parte dos dados – a de pretônicas casuais – poderia sofrer interferência da altura da vogal acentuada do radical não-derivado (cf. 2.1.3.1.3 e 2.1.4);
- b. que a RVT incida preferencialmente sobre uma parte do léxico, a das palavras socialmente marcadas como não populares, ou empregadas em estilo mais tenso.

¹³⁸ É verdade que essa regra não se aplica igualmente no léxico, criando variantes algumas vezes marcadas regionalmente, que são também pouco prestigiadas em outras regiões, como [bu'ta] e [su'fa].

Para verificar a validade da primeira hipótese, inicialmente submeti os dados ao programa dividindo os [o]s e os [e]s (Tabela 24) em três grupos: de átonas permanentes (*pr[e]sidente, s[e]guradora, p[e]rmitir, f[o]rmulário, pr[o]cura* etc.); de átonas casuais, que figuram na família derivacional pelo menos uma vez como acentuada média (*resolv[e]ria / *resolv[e]r; prec[e]dido / *prec[e]do, *prec[ε]de; c[o]rrida / *c[o]rro, *c[ɔ]rre* etc.); e de átonas casuais, que não figuram na sua família derivacional como vogal média acentuada (*el[e]vado / *el[ε]vo; transf[ε]rência / *transf[i]ro, transf[ε]re; melh[o]ria / *melh[ɔ]r* etc.)¹³⁹.

Os resultados obtidos foram os seguintes:

Tabela 24: RVT: atonicidade das pretônicas

	Recuada /O/		Não-recuada /E/	
A – Átona permanente (<i>r[e]vista, pr[o]pina</i>)	43/65	66,1%	83/131	63,3%
B – Átona casual :: acen. baixa e alta (<i>ref[e]rida – ref[ε]re/ref[i]ro</i>)	14/65	21,5%	30/131	22,9%
C – Átona casual :: acen. média e baixa (<i>d[e]ver – d[e]vo/d[ε]ve</i>)	8/65	12,3%	18/131	13,7%

Fonte: Elaborada pela autora.

A gradação dos percentuais e a coerência entre os resultados referentes à variável recuada e à variável não-recuada propiciam tentadoras possibilidades de interpretação. Entretanto os percentuais na Tabela 24 foram calculados considerando o total de vogais a que se aplicou a RVT. Se os percentuais relativos às três classes de dados ali apresentadas forem obtidos levando em conta a totalidade dos dados deste trabalho, os resultados não apresentariam qualquer possibilidade de leitura, como se vê a seguir, na Tabela 24':

¹³⁹ Os conceitos de átona permanente e átona casual, tomados de empréstimo a Bisol (1981), foram explicitados em 2.1.3.1.3. Porém o agrupamento de átonas casuais que se fez aqui diferiu do estabelecido na Tabela 14, não só devido ao baixo número de dados mas também à diferença de propósitos. O grupo de átonas casuais que podem variar com uma acentuada média reúne os grupos 3 e 4 da Tabela 14 e o grupo de átonas casuais que nunca variam com uma acentuada média reúne os grupos 2 e 5 daquela tabela. A divisão anterior foi testada por meios computacionais e os resultados obtidos indicaram a não pertinência dos fatores.

Tabela 24’: Atonicidade das pretônicas na totalidade da amostra

	Recuada /O/		Não-recuada /E/	
Grupo A	43/654	6,6%	83/1052	7,9%
Grupo B	14/344	4,1%	30/415	7,2%
Grupo C	8/179	4,5%	18/236	7,6%

Fonte: Elaborada pela autora.

Com essa divisão, os números pareceram indicar que a *Regra variável de timbre* se aplica preferencialmente sobre as pretônicas átonas permanentes e menos sobre as pretônicas casuais que permitem uma variante média. Veja-se a Tabela 24’’, adiante.

Desaparece, pois, a aparente coerência da Tabela 24, que reflete, como se verá a seguir, na Tabela 24’’¹⁴⁰, apenas a contribuição de cada grupo dentro do *corpus*:

Tabela 24’’: Contribuição dos grupos de atonicidade no total da amostra

	Recuada /O/		Não-recuada /E/	
Grupo A	654/1177	55,6%	1052/1703	61,2%
Grupo B	344/1177	29,2%	415/1703	24,4%
Grupo C	179/1177	15,2%	236/1703	13,8%

Fonte: Elaborada pela autora.

Note-se que as percentagens se aproximam nas duas tabelas, 24 e 24’’, e que na última se restabelece a gradação da primeira, do que se conclui que a atonicidade da variável dependente não exerce qualquer influência sobre a aplicação da *Regra variável de timbre*.

Considere-se, então, a hipótese (b), segundo a qual a RVT se aplicaria mais a palavras marcadas com o traço [–popular] ou [–formal]. A dificuldade de examinar essa hipótese reside na necessidade de o pesquisador decidir arbitrariamente, consultando apenas o seu idioleto, quais os vocábulos a que o falante atribuiria esse traço, do qual poderia depender a aplicação da RVT.

¹⁴⁰ Esta tabela foi construída a partir dos dados da Tabela 14.

Para contornar essa dificuldade, submeti o fragmento do *corpus* em questão neste capítulo (i.e., os vocábulos em que se aplicou a RVT) ao julgamento de 12 informantes com características semelhantes aos que forneceram os dados desta pesquisa. Foram tomados ao acaso oito mulheres e quatro homens, todos portadores de diploma universitário, que nasceram ou viveram a maior parte de suas vidas em Salvador.

Pedi a esse grupo de usuários da variedade culta de Salvador que opinasse sobre o emprego popular ou não popular de 130 vocábulos dispostos em uma lista, constituída apenas de palavras com pretônicas no contexto C__(\$)C. Uma parte desse segmento da amostra era formada de verbos, que deliberadamente foram colocados no infinitivo, com exceção de um, que se deixou na forma em que ocorreu (futuro do pretérito) para verificar se seria ela também responsável pelo traço investigado.

Os resultados, dispostos a seguir, apresentam o número atribuído ao informante dessa consulta, a quantidade de vocábulos que ele considerou não populares e a porcentagem dessa parte do *corpus* que isso representa. As opiniões divergiram relativamente pouco de informante para informante, com exceção dos informantes 10 e 11, que se afastam muito dos demais:

Quadro 6: Julgamento dos vocábulos atingidos pela RVT

Nº inf.	Nº de vocábulos [–popular]	%
12	99	76,1
4	98	75,4
3	91	70,0
1	87	66,9
8	86	66,1
6	81	62,3
2	79	60,8
9	77	59,2
5	75	57,7
7	68	52,3

11	45	34,6
10	37	28,5
Total	923	59,2

Fonte: Elaborado pela autora.

O maior número de vocábulos apontados como não-populares foi 99 (Inf. 12) e o menor número, 37 (Inf. 10). A oscilação não é tão grande como parece à primeira vista. Excluindo os inf. 10 e 11, os outros dez consideram mais de 50% da amostra [–popular], e sete deles atribuem esse traço a mais de 60% da amostra.

Levando em conta, de um lado, o número de vezes que se atribuiu esse traço aos vocábulos apresentados e, do outro, o número de vezes em que isso poderia ocorrer (número de informantes x número de vocábulos da lista), seria possível afirmar que a média de vocábulos [–popular] na amostra seria de 59,2% (923/1560).

Parece, entretanto, que a média assim calculada recebeu contribuição excessiva dos informantes 10 e 11, cujo julgamento se distancia muito dos demais. Na tentativa de evitar o que me pareceu uma distorção, resolvi calcular a média desses julgamentos excluindo esses informantes, por assim dizer, “atípicos”. Tomando o número dessas respostas ao teste obtidas entre os outros dez informantes e o total de vocábulos oferecidos à sua apreciação, chega-se a uma nova taxa, de 64,7% (841/1300), que parece mais representativa, embora ainda não satisfatória por não receber nenhuma contribuição dos informantes 10 e 11.

Qualquer que seja, porém, o modo de obter a média dos julgamentos, pode-se afirmar que, segundo os usuários consultados, a parcela da amostra aqui tratada contém cerca de 60% de vocábulos considerados não-populares, dito de outro modo, de vocábulos que caracterizariam o falante como usuário de uma variedade “cult”.

Pode-se estabelecer ainda uma hierarquia entre os itens lexicais que foram considerados não-populares por mais de seis informantes, que representam 58,3% dos falantes consultados.

Quadro 7: Itens considerados de estilo não-popular

Número de itens	Número de infs.	% de inf.
14 itens	12/12 inf.	100%
22 itens	11/12 inf.	91,6%
17 itens	10/12 inf.	83,3%
7 itens	9/12 inf.	75%
11 itens	8/12 inf.	66,6%
7 itens	7/12 inf.	58,3%
Total: 78 itens		

Fonte: Elaborado pela autora.

Como se vê, não houve completa unanimidade no julgamento. Muito pelo contrário, somente 14 dos 78 itens obtiveram o mesmo julgamento dos 12 informantes.

Se a maior ou menor concordância entre os informantes puder ser interpretada como uma hierarquia própria do léxico, porque pode representar maior ou menor rigor no julgamento dos informantes, será possível supor que essa hierarquia represente também diferenças de registro¹⁴¹. Assim estabelecido, os 14 itens que obtiveram unanimidade no julgamento dos informantes entre pelo menos seis informantes, segundo essa interpretação, pertenceriam a um registro mais formal do que os 7 itens que obtiveram esse julgamento de menos de 58,3% dos informantes.

Naturalmente um estudo tão superficial como este sobre o “status” desses vocábulos não poderia confirmar ou negar qualquer hipótese. Entretanto, se ela for verdadeira, seria legítimo dizer que a RVT não só se aplica mais sobre o segmento do léxico marcado como não popular, como se mostrou acima, mas também mais frequentemente à parte desse segmento que pertence ao registro mais formal. Observe-se que, somando as formas que foram julgadas “cultas” por mais de nove informantes, obtém-se o total de 53 itens, enquanto aquelas que assim foram consideradas por menos de 10 informantes somam 25 itens. Há, como se vê, uma diferença superior a 100% entre os dois grupos. Isso corresponde a dizer que o grupo de itens considerado mais formal é muito maior do que o considerado informal.

¹⁴¹ A hipótese de relacionar o caráter formal do vocábulo e traços fonológicos de prestígio foi levantada por Fischer (1974, p. 87-98) em seu conhecido artigo sobre a variação *-ing* e *-in* na fala de crianças de uma comunidade rural na Nova Inglaterra, publicado, inicialmente, pela revista *Word*, em 1958.

Como argumento em favor dessa hipótese, tome-se o seguinte trecho de Labov (1981b, p. 184): “No estilo formal todo mundo usa mais das formas que são mais típicas dos falantes de classe alta; no estilo informal, as dos outros. Usualmente a extensão do estilo e da estratificação de classe é quase a mesma. [...]”¹⁴².

O estudo dessa parte da amostra permite ainda outra consideração. Foi dito anteriormente que os verbos foram apresentados no infinitivo com uma exceção, buscando observar se o traço [–popular] que lhe atribuiriam os informantes se relacionaria com o morfema lexical ou se se prenderia ao morfema gramatical. A exceção foi feita ao verbo *poder*, que figurou no questionário na sua forma do futuro do pretérito (*poderia*). Procurava-se, com isso, compreender a aplicação da RVT sobre os verbos *ser*, *ter*, *dever*, *poder* e *resolver*, que incontestavelmente não portariam o traço [–popular], já que são itens utilizados por qualquer grupo social e em qualquer situação. Desde que tais verbos ocorreram nas formas de futuro, pouco frequentes no dialeto de falantes de baixa escolaridade e no registro coloquial, quando são substituídas por *ir* + infinitivo e pela forma do imperfeito, supôs-se que essa fosse a razão da aplicação da regra.

Como se esperava, nenhum desses quatro verbos postos no infinitivo foram considerados forma particularmente culta por qualquer dos informantes, enquanto *poderia* obteve esse julgamento por parte de 10 entrevistados, dois dos quais, sem que se tivesse perguntado, justificaram seu julgamento pelo emprego do futuro do pretérito.

Outra observação que sugere interferência de fatores morfossintáticos na aplicação da RVT é a grande incidência, nesse segmento do *corpus*, de verbos na forma do particípio. Foram 16 entre os 47 verbos documentados, constituindo, pois, 34% da amostra. Não se tem elementos, como no caso do futuro do pretérito, para relacionar a forma do particípio ao traço [–popular]. É possível que a explicação para sua significativa presença no *corpus* possa se vincular, antes, ao tipo de construção sintática em que ela ocorra, tema que motivaria continuar esta investigação.

A *Regra variável de timbre* foi abordada até aqui do ponto de vista dos seus possíveis condicionamentos linguísticos, tomando-se o termo no seu sentido estrito, ainda que os relacionando, vez por outra, a motivações sociais. A conclusão possível é a de que a RVT é favorecida pelo contexto de vogais altas e, secunda-

¹⁴² Do original: “In formal style, everybody uses more of the forms that are more typical of high class speakers; in informal styles, the other way around. Usually, the magnitude of style and class stratification is about the same [...]” (tradução minha).

riamente, de vogais nasais e ainda que se aplica principalmente sobre vogais de vocábulos marcados como [-popular]. Levantou-se também a hipótese de que, entre esses vocábulos, os marcados como [+formal] favoreçam a aplicação da regra. Procura-se, a seguir, considerar fatores sociais para verificar sua possível contribuição na aplicação dessa regra.

3.2 VARIÁVEIS SOCIOLINGÜÍSTICAS

Buscou-se, sem a presunção de deixar o terreno das hipóteses – tanto pela própria natureza do trabalho como pelo número de dados –, examinar essa conjectura lançando mão dos recursos estatísticos que oferecem os programas SWAMINC e VARBRUL-2 (cf. 1.2.1), já utilizados na investigação da RVE. Tendo em vista que não se incluía no projeto original o estudo da RVT, é compreensível que o estabelecimento dessas variáveis sociais seja precário e que outras variáveis devam ser consideradas por aqueles que desejarem levar esta investigação adiante.

Para a aplicação da *Regra variável de elevação*, a maioria das variáveis sociais consideradas se mostrou inócua. Somente o grau de escolaridade dos pais, revelador da procedência social do locutor, apresentou um leve efeito sobre a regra. A RVE se aplicou levemente mais entre os informantes que não constituíam a primeira geração de universitários na família, isto é, aqueles cujos pais (ou pelo menos um deles) também tinham concluído curso universitário (cf. 2.1.3.2). O efeito desses fatores sobre a *Regra variável de timbre* foram mais expressivos. Na primeira fase da incursão sobre esse aspecto do problema, calculou-se o efeito desses fatores separando, como se tem feito até agora, as variáveis recuadas e não-recuadas. Eis os primeiros resultados:

Tabela 25: Contribuição das variáveis sociais à RVT

	Recuada /O/			Não-recuada /E/		
	F		P	F		P
25 – 35 anos	11/291	3,8%	0,36	15/492	3%	0,33
36 – 55 anos	37/342	10,8%	0,73	58/576	10,1%	0,64
56 anos ou +	18/310	5,8%	0,40	58/726	8%	0,52
Homens	33/514	6,4%	-	60/940	6,4%	0,45
Mulheres	33/429	7,7%	-	71/854	8,3%	0,55
NU-1	55/600	9,2%	0,69	113/1205	9,4%	0,67
NU-2	11/343	3,2%	0,31	18/589	3,1%	0,33

Fonte: Elaborada pela autora.

De acordo com a Tabela 25, é justo relacionar a RVT a algumas variáveis sociais. As mais relevantes foram: *faixa etária e procedência social*. Nesses dois grupos de fatores, os traços mais favoráveis são, respectivamente, a faixa etária 2 (36 – 55 anos) e a primeira geração universitária (NU-1), cujos índices de probabilidade, em ambos os casos, se aproximam de 0,70, qualquer que seja a zona de articulação da variável dependente, se recuada ou não-recuada.

Os primeiros resultados, portanto, permitem que se façam algumas conjecturas. Eles sugerem, primeiramente, que a RVT esteja relacionada com um movimento de ascensão social, já que atinge mais os locutores cujos pais não tiveram acesso à Universidade (NU-1: P = 0,69 para [o] e P = 0,67 para [e]) e que, portanto, ganharam, com seu próprio esforço, o prestígio que essa instituição parece ainda conferir aos que por ela passam. Os locutores NU-2, que, por herança, já pertencem a esse grupo social e por isso são menos sensíveis ao prestígio, apresentam índices baixos de aplicação da RVT (P = 0,31 para [o] e P = 0,33 para [e])¹⁴³.

Favorece a interpretação dada acima o fato de, no Brasil, só nos últimos vinte anos¹⁴⁴ o ingresso na Universidade ter-se tornado uma aspiração para os

¹⁴³ Ressalte-se que, inversamente, é o grupo NU-2 o maior favorecedor da RVE (cf. 2.1.3.2), regra muito antiga na língua e que tem aplicação multidialetal.

¹⁴⁴ Tenha-se em mente que este trabalho foi escrito na década de 1980, portanto refiro-me aos anos 1960. Hoje, felizmente, essa aspiração se estendeu a parte da classe trabalhadora.

integrantes da classe média. É possível relacionar esse fenômeno à escassez de empregos econômica e socialmente compensadores para indivíduos de escolaridade média e à abertura de novas instituições de ensino. Assim as carreiras universitárias parecem ter passado a figurar como um dos poucos caminhos viáveis para a ascensão da classe média, especialmente de seus setores mais pobres, e até de alguns pouquíssimos membros da classe operária.

Seria possível ver também nesse movimento ascendente e no prestígio social decorrente a razão pela qual a RVT atinge mais os locutores da faixa 2 (aqueles que se situam entre 36 e 55 anos). Nessa faixa etária, a probabilidade de aplicação da regra vai a 0,73, no caso de [o], e a 0,64, no caso de [e]. É nesse período de suas vidas que os indivíduos dessa classe social são mais ativos econômica e socialmente, já se estabeleceram como profissionais, já assumiram responsabilidades, diferentemente dos locutores da faixa 1, que ainda lutam pelo reconhecimento material do seu trabalho. Desse modo, a RVT apresenta características de uma regra estável, com distribuição etária que corresponde a um padrão curvilíneo com ápice na faixa intermediária, de que têm falado algumas pesquisas brasileiras.

O entendimento da RVT como uma regra que introduz, no dialeto, uma variante de prestígio, levaria à expectativa de que o grupo das mulheres, que, em muitos casos, tem-se mostrado sensível a esse traço social, constituísse também um fator favorável à sua aplicação. No entanto as probabilidades referentes à variável *sexo* expostas na Tabela 26 não permitem a inferência de que a distinção *homem x mulher* concorra na produção das variantes [o] e [e]. Em um caso, o da variável dependente /O/, o grupo nem é selecionado pelo programa; no outro, o de /E/, as probabilidades se aproximam de 0,5, apesar de as percentagens não serem absolutamente baixas.

Ao contrário, as percentagens, mais significativas, apresentam uma pequena diferença em favor das mulheres, tanto para [o] (M: 7,7%; H: 6,4%) quanto para [e] (M: 8,3%; H: 6,4%), diferença pequena, mas confirmada nas probabilidades conferidas à realização de [e] diante desses fatores ($P = 0,55$ para as mulheres e $P = 0,45$ para os homens).

Tendo em vista que na Tabela 27 se verifica uma relativa coincidência de resultados entre a variável dependente recuada e não-recuada em todos os grupos de fatores e que, mesmo ao serem abordados os fatores linguísticos, a diferença de zona de articulação da variável dependente não produz efeitos significativos (cf. 3.1), decidiu-se continuar a investigação das variáveis sociais sem considerar o traço [recuado]. Tal resolução não alterou fundamentalmente os resultados,

mas trouxe como vantagem concentrar mais dados em cada célula, permitindo novos recortes na amostra com resultados mais confiáveis.

O primeiro recorte foi feito separando os dados conforme o sexo dos informantes, por esse fator não se ter mostrado anteriormente muito claramente relevante à aplicação da regra. Procurava-se, com isso, examinar melhor o pequeno efeito produzido pelas mulheres sobre a RVT, pela expectativa que se formou sobre esse grupo de informantes. Os resultados dessa listagem são expostos abaixo, na Tabela 26:

Tabela 26: RVT nos grupos de sexo

	Homem			Mulher		
	F		P	F		P
23 – 35 anos	16/437	3,7%	0,32	10/345	2,9%	0,45
36 – 55 anos	27/430	6,3%	0,56	68/503	13,5%	0,69
56 anos ou +	50/579	8,6%	0,62	26/470	5,5%	0,35
NU-1	79/1128	7%	0,59	89/688	12,9%	0,70
NU-2	14/318	4,4%	0,41	15/630	2,4%	0,29

Fonte: Elaborada pela autora.

O cruzamento dos grupos de fatores *sexo* e *procedência social* ratifica o resultado da Tabela 25 no que se refere a este último: o fator NU-1 (primeira geração de universitários) continuou sendo indicado como o maior favorecedor da RVT, qualquer que seja o sexo do falante, e mostra ainda uma gradação na probabilidade de a regra se aplicar, escamoteada na tabela anterior: o fator NU-1 é mais atuante no grupo das mulheres, onde a regra tem probabilidade 0,70, do que no dos homens, cuja probabilidade fica em 0,59.

Esses dados parecem, pois, confirmar pesquisas anteriores, que têm observado, entre as mulheres, mais do que entre os homens, um comportamento linguístico voltado para o prestígio social. O presente trabalho permite, desse modo, considerar os grupos sociais emergentes, mulheres e indivíduos de origem não-culta, um fator importante para a aplicação da RVT, como se supôs anteriormente.

O cruzamento dos grupos de fatores *sexo* e *faixa etária*, por sua vez, implicou uma reformulação dos resultados da Tabela 25, acrescentando algumas observações interessantes. Primeiro: no caso dos homens, se desfaz o padrão

curvilíneo que se tinha delineado antes e se estabelece uma distribuição descendente em relação às gerações mais novas (H_3 : $P = 0,62$; H_2 : $P = 0,56$; H_1 : $P = 0,32$), mas, no caso das mulheres, esse padrão se mantém (M_3 : $P = 0,35$; M_2 : $P = 0,69$; M_1 : $P = 0,45$). Assim, conservando, de uma parte, o padrão curvilíneo característico da variação estável e, de outra, a distribuição etária com as faixas mais jovens aplicando menos a regra, não foi possível alterarem-se as conclusões anteriores sobre a natureza da variação. Segundo: entre os indivíduos que aplicam mais a regra, é visível uma gradação liderada pelas mulheres da faixa intermediária (M_2 : $P = 0,69$; H_3 : $P = 0,62$; H_2 : $P = 0,56$), confirmando observações de outras pesquisas, segundo as quais as mulheres estão na frente dos homens quando está em jogo o fator prestígio. Terceiro: que os H_3 ($P = 0,62$) têm comportamento distinto do das mulheres da mesma faixa, que não aplicam a RVT na mesma proporção ($P = 0,35$). A diferença na distribuição etária das variantes, contudo, não parece estar vinculada à história dos homens, mas à trajetória social da mulher, especialmente no que se refere ao mercado de trabalho. No Brasil, só nos meados do século XX as mulheres começaram a participar ativamente do processo econômico. São, portanto, as mulheres da geração aqui classificada como F_2 que conquistaram esse espaço na sociedade e que, nesta pesquisa, se comportam como os homens.

A atuação das mulheres sobre a RVT lembra a observação de Labov (1982 [1969]) sobre a participação de grupos étnicos no processo de mudança linguística: “Novos grupos étnicos que entram na comunidade de fala participam das mudanças linguísticas em processo *somente quando começam a ganhar direitos locais e privilégios* em termos de emprego, habitação e acesso à estrutura social” (LABOV, 1982 [1969], p. 78) (grifos meus)¹⁴⁵.

Guardadas as devidas proporções, foram as mulheres da F_2 que conquistaram esses privilégios, pelo menos como um grupo social, privilégios que os homens mais velhos não pertencentes à elite adquiriram uma geração antes, quando ascenderam socialmente, processo possivelmente também facilitado pelo acesso à Universidade. Portanto só aparentemente as mulheres da F_3 contradizem essa hipótese de explicação dos dados da Tabela 26, uma vez que em Salvador poucas mulheres dessa faixa alcançaram o mesmo grau de escolaridade que as mulheres da F_2 ¹⁴⁶ e não pareciam motivadas pelo prestígio, como os homens do seu tempo.

¹⁴⁵ Do original: “New ethnic groups that enter the speech community participate in linguistic changes in progress only as they begin to gain local rights and privileges in terms of jobs, housing and access to the social structure” (tradução minha).

¹⁴⁶ Isso se tornou claro desde a seleção de informantes para posterior gravação. Além de ter sido mais difícil encontrar mulheres nessa faixa etária que tivessem completado um curso

Aceitando a hipótese, desenvolvida anteriormente, de que a RVT corresponda ao empréstimo de um traço linguístico do dialeto sulista, seria razoável aplicar para essa regra, como se fez acima, a observação de Labov (1982 [1969], p. 78-79) em relação ao papel das mulheres na mudança linguística. Ele afirma que as pesquisas têm demonstrado que o comportamento conservador das mulheres é limitado tanto pela sua história particular como pela história da sua comunidade. E acrescenta que esse comportamento coletivo prevalece mesmo entre as mulheres cujas histórias individuais foram diferentes das histórias das mulheres do seu grupo.

Desse modo, uma interpretação plausível dos fatos seria a de que o comportamento das M_3 nesta pesquisa se explicaria pela história do seu grupo social, que até uma certa época permaneceu alijado da vida profissional. Por isso, embora tivessem furado o bloqueio social do seu tempo, ao passar pela Universidade e ter exercido uma profissão, essas mulheres reagiram menos positivamente ao apelo do prestígio, representado pelos [o]s e [e]s pretônicos aqui examinados.

O segundo cruzamento a que o *corpus* foi submetido separou os dados de acordo com a faixa etária do informante, como se vê na Tabela 27, a seguir:

Tabela 27: RVT nas três faixas etárias

	F₁ (25 – 35 anos)			F₂ (36– 55 anos)			F₃ (56 anos ou mais)		
	F		P	F		P	F		P
Homem	16/287	5,6%	-	27/437	6,2%	0,40	50/380	13,2%	0,60
Mulher	10/197	5,1%	-	68/503	13,5%	0,60	26/315	8,2%	0,40
NU-1	14/263	5,3%	-	61/483	16,8%	0,73	73/610	12%	-
NU-2	12/221	5,4%	-	14/457	3,1%	0,25	3/85	3,5%	-

Fonte: Elaborada pela autora.

Os dados estatísticos apresentados nessa tabela demonstram, mais uma vez, que os mais jovens só minimamente aplicam a RVT, o que poderia significar que essa regra não tende a se espalhar pelas novas gerações; antes, parece que essa regra atinge os indivíduos a partir da maturidade. Reafirmam eles a maior atuação sobre as mulheres da faixa etária 2 (M_2) do que sobre os homens dessa mesma faixa e do grupo que constitui a primeira geração universitária (NU-1).

Surpreendentemente, porém, na faixa 3, o único fator apontado como relevante foi o *sexo* (masculino) do informante. O fator *procedência social* não foi

universitário, muitas das que se enquadravam nos critérios do Projeto NURC se recusavam a permitir a gravação.

selecionado pelo programa, o que, aparentemente, contraria a hipótese de que seja o traço propulsor da RVT o prestígio, perseguido por grupos sociais em ascensão, ou seja, o de locutores que alcançam pela primeira vez em suas famílias a Universidade. Esse novo dado, se confirmado, imporá uma questão: por que os locutores femininos da faixa 2 aplicam mais a RVT quando pertencem ao grupo NU-1?

A seleção dos informantes explica, contudo, essa aparente contradição entre as duas faixas etárias. Examinemos o Quadro 8, abaixo:

Quadro 8: Distribuição dos informantes na amostra estudada

		H	M	Total
F ₁	NU-1	3	1	4
	NU-2	1	3	4
F ₂	NU-1	2	2	4
	NU-2	2	2	4
F ₃	NU-1	4	3	7
	NU-2	-	1	1

Fonte: Elaborado pela autora.

A única faixa etária em que há um perfeito equilíbrio entre os fatores é a F₂, onde há quatro informantes NU-1 e quatro NU-2, distribuídos igualmente entre os fatores Homens e Mulheres.

Por uma série de critérios adotados para a seleção do *corpus* do Projeto NURC estudado no presente trabalho e por uma limitação inerente à faixa etária três, cujos pais nasceram ainda no século XIX e fizeram o curso universitário quando a frequência à universidade era ainda mais elitizada¹⁴⁷, dos oito locutores que forneceram os dados da F₃, sete constituem a primeira geração universitária da família. Assim, como era de se esperar, o programa VARBRUL-2 não pôde calcular o peso do fator *procedência social* do informante, porque os elementos formadores do grupo mais favorecedor da regra (H₃) não se distinguiam perfeitamente por esse fator. Os 85 dados de informante NU-2, que impediram a eliminação do grupo dos cálculos de percentagem, foram todos obtidos de uma única mulher, a cujo pai, farmacêutico, se atribuiu *status* universitário, considerando a peculiaridade da época.

¹⁴⁷ A Universidade Federal da Bahia foi fundada em 1946. Antes, as faculdades existentes eram frequentadas por muito poucos.

Diante dessas ponderações, conclui-se, então, que, ao contrário do que aparentava, o fator NU-1 atua também sobre a regra na terceira faixa etária, o que aliás fica evidente quando se aprecia a percentagem de aplicação da RVT na presença desse fator: diante de NU-1 registraram-se 12% de pretônicas médias.

Reconheço que essas observações, tanto quanto todas as que se fizeram ao longo da presente seção, são precárias, principalmente porque não partem do exame de uma amostra especialmente constituída para investigar esse fenômeno, do qual não se tinha conhecimento, pelo menos como ocorrência generalizada dentro do dialeto. Antes deste trabalho, eu o identificava com o comportamento idiossincrático de alguns locutores, talvez até reagindo como falante nativa dessa variedade, em consonância com o grupo etário de que fazia parte, na época, o F₁, tido como o menos sensível à RVT neste trabalho.

É, portanto, uma tentativa circunscrita aos dados disponíveis a interpretação da *Regra variável de timbre* como uma regra estável, que toma variantes médias de empréstimo a dialetos de cidades economicamente bem sucedidas do Sul do país e atua sobre grupos sociais emergentes (especialmente mulheres de classe média ascendente), sensíveis ao fator prestígio numa faixa etária que coincide com a da estabilidade profissional.

O exame dos dados do APFB (cf. 2.1.1.2), colhidos cerca de 13 anos antes do *corpus* do Projeto NURC e que dele distam não só pelo tempo mas por alcançar locutores não escolarizados de áreas rurais, indica que a RVT pode ser uma inovação urbana. Não se pode sair do terreno das hipóteses ainda aqui. Não se conhecem, no momento, outras fontes, dados reais, transcritos ou gravados, nem mesmo dados bibliográficos da variedade soteropolitana em épocas passadas, sobre as quais se pudesse reconstituir uma origem para a regra que contrariasse os dados de tempo aparente aqui considerados.

Por outro lado, como já se disse anteriormente, só se conseguiu um bom cruzamento dos grupos de fatores *sexo x procedência social* na segunda faixa etária. Nas demais, esses fatores se distribuíram desigualmente. Esse desequilíbrio dentro de dados pouco numerosos torna mais frágeis as conclusões acima.

Além disso, a observação assistemática, provocada pela descoberta da regularidade dessa regra e decorrente das relações cotidianas dentro dessa comunidade linguística, faria minar qualquer certeza, se por acaso houvesse alguma, de que esses [o]s e [e]s estivessem limitados ao grupo social aqui examinado ou mesmo a essas faixas etárias. Ao contrário, eles já foram ouvidos entre empregadas domésticas, entre estudantes universitários na faixa de vinte anos e até em crianças de pouca idade.

Por tudo isso, apesar de a análise dos dados aconselhar uma conclusão favorável a essa estabilidade da RVT, é visível a necessidade de voltar ao tema com uma amostra diversificada, que possa testar essa hipótese.